



02 DE MARÇO DE 2017

Quinta-feira

- CURSOS DE MARÇO NO SINDIMETAL /PR
- INFORMATIVO MPE
- INDÚSTRIA APONTA REAÇÃO DA ECONOMIA GLOBAL
- REFORMA TRABALHISTA RASGA A CLT OU GERA EMPREGOS? A RESPOSTA ESTÁ LONGE DESSES EXTREMOS
- EMPRESAS PÚBLICAS TAMBÉM TRAZEM OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO
- COMO PREPARAR AS FINANÇAS PARA O CASO DE DEMISSÃO
- ROBERTO AZEVÊDO DIZ QUE OMC ESTÁ ABERTA AO DIÁLOGO COM TRUMP
- FENABRAVE: CALENDÁRIO E SAZONALIDADE COMPROMETERAM VENDAS DE VEÍCULOS
- FENABRAVE: GM MANTÉM LIDERANÇA NAS VENDAS DE CARROS NO PRIMEIRO BIMESTRE
- APÓS O CARNAVAL, GOVERNO VAI INVESTIR EM PROJETOS PARA RETOMADA DO CRESCIMENTO
- IIF: ESTRANGEIRO APOSTA EM PAÍSES COMO BRASIL E EMERGENTES RECEBEM US\$ 17 BI
- MONTADORAS TÊM RESULTADOS MISTOS NAS VENDAS DE FEVEREIRO NOS EUA
- FNAC BUSCA PARCEIRO E NEGA QUE VÁ ENCERRAR ATIVIDADES NO BRASIL
- PREVISÃO DE CÂMBIO PARA FIM DE 2017 PERMANECE EM R\$ 3,30, MOSTRA FOCUS DO BC
- COBRE SOBE COM DADOS POSITIVOS DA CHINA E DOS EUA
- VALORIZAÇÃO DO REAL É PERIGOSA PARA A ECONOMIA BRASILEIRA, DIZ BANCO
- GOVERNO FIXA EM R\$ 327 MILHÕES ORÇAMENTO PARA PROGRAMA SEGURO-EMPREGO EM 2017
- DÍVIDA MENOR DO SETOR PRIVADO REFLETE QUEDA DE INVESTIMENTOS

- SETOR QUE MAIS SOFRE COM FALTA DE CRÉDITO É O INDUSTRIAL
- CRÉDITO PARA AS FAMÍLIAS SUPERA PELA PRIMEIRA VEZ O CONCEDIDO ÀS EMPRESAS
- INTERESSE NO PAÍS SEGUE O MESMO, DIZ DIRETOR DA THYSSEN
- MULTILATERALISMO NÃO ESTÁ GARANTIDO, ADVERTE AZEVÊDO
- CORTE DE JUROS VAI ACELERAR NO BRASIL DIZ BOFA
- MOODY'S: ACORDO ENTRE VOTORANTIM E ARCELORMITTAL É POSITIVO
- EMPRESAS BRASILEIRAS TÊM DE PAGAR US\$ 73 BI ATÉ 2021
- 200 MIL EMPRESAS DEVEM O FGTS DE SEUS FUNCIONÁRIOS E EX-FUNCIONÁRIOS
- RETOMADA DA ECONOMIA CRIA FOLGA PARA GOVERNO ADMINISTRAR CONTAS
- FUNCIONÁRIOS PREFEREM OPORTUNIDADES DE CARREIRA A BENEFÍCIOS EXTRAVAGANTES
- EUROPA TESTARÁ PROJETO DE CONECTIVIDADE NAS ESTRADAS
- AUTOPEÇAS PERDEM CAPACIDADE DE EXPORTAR
- VW TRAÇA ESTRATÉGIA PARA TECNOLOGIAS DO FUTURO
- VW CONFIRMA COMPRA DE 16,6% DA NAVISTAR
- VENDAS DE AÇOS PLANOS POR DISTRIBUIDORAS NO PAÍS ENCOLHERAM 1% EM JANEIRO ANTE 2015
- DÍVIDA DA INDÚSTRIA RECUA 14% EM 2016 E LUCRO SOBE
- SÃO PAULO ARRECADADA R\$ 57 MILHÕES COM A MINERAÇÃO EM 2016
- VENDAS DE VEÍCULOS PIORAM 6,4% NO 1º BIMESTRE
- CAMINHÕES E ÔNIBUS SEGUEM EM QUEDA LIVRE
- MOTOS MERGULHAM 13 ANOS NA HISTÓRIA DO SETOR

CÂMBIO		
EM 02/03/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,122	3,122
Euro	3,285	3,287

Fonte: BACEN

Cursos de Março no SINDIMETAL /PR

02/03/2017 - Fonte: SINDIMETAL/PR

Como Evitar Causas Trabalhistas

Data: 17 de março de 2017
Horário: Das 08h30 às 17h30
Local: SEDE DO SINDIMETAL/PR - Rua Ângelo Greca, 70 - Atuba



Conteúdo Programático:

- ✓ O cenário dos riscos na área trabalhista;
- ✓ As indenizações por danos morais trabalhistas;
- ✓ A importância da caracterização dos danos morais, incluindo os assédios moral e sexual;
- ✓ Reflexos e consequências do acidente de trabalho nas ações judiciais trabalhistas;
- ✓ Prevenção de riscos: controles administrativos;
- ✓ Auditoria Trabalhista: redução de custos e riscos nas relações trabalhistas;
- ✓ Política empresarial preventiva e corretiva;
- ✓ Posturas frente às reclamações trabalhistas;
- ✓ Conduta da empresa para prevenção/repressão dos assédios;
- ✓ Regulamento e/ou código de conduta da empresa;
- ✓ Desligamento do empregado: evitando riscos com ações judiciais.

Investimento:

- ✓ Associados do SINDIMETAL/PR: ***R\$ 160,00**
 - ✓ Empresas Filiadas: ***R\$ 225,00**
 - ✓ Outros: **R\$ 320,00**
- * Mesmos valores para empresas associadas/filiadas de sindicatos parceiros.

Faça a sua inscrição AQUI

INSCRIÇÕES ATÉ O DIA 13/03/2017

Outras informações poderão ser obtidas no SINDIMETAL/PR, através do telefone (41) 3218-3935, ou e-mail sindimetal@sindimetal.com.br, com a Sra. Gisele Alves de Santana.



CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES

30 e 31 de Março de 2017



Local:
Sede do SINDIMETAL/PR
Rua Ângelo Greca, 70- Atuba-Curitiba

Horário:
Das 8h30min às 17h30min

Conteúdo:

- ✓ Competitividade empresarial e o papel dos estoques;
- ✓ Planejamento dos estoques;
- ✓ Classificação de materiais e gestão dos estoques;
- ✓ Método de Controle dos estoques;

Programação Completa:
Clique Aqui

INSCRIÇÕES ATÉ O DIA 24 /03/2017

Investimento:

- ✓ Associados do SINDIMETAL/PR: ***R\$ 180,00**
 - ✓ Empresas Filiadas: ***R\$ 250,00**
 - ✓ Outros: **R\$ 360,00**
- * Mesmos valores para empresas associadas/filiadas de sindicatos parceiros.

Informações

Outras informações entrem em contato com Gisele Alves de Santana, através do email: sindimetal@sindimetal.com.br, ou pelo telefone : (41) 3218-3935

INSCREVA-SE CLIQUE AQUI



SINDIMETAL/PR: Rua Ângelo Greca, 70- Atuba-Curitiba
TEL: (41) 3218-3935

Informativo MPE

02/03/2017 - Fonte: CNI

Leia a edição nº 8 do **Informativo MPE**, de 24 de fevereiro de 2017, do Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa - COMPEM / CNI. O Informativo MPE traz as principais notícias da semana sobre Micro e Pequenas Empresas.

Indústria aponta reação da economia global

02/03/2017 - Fonte: Folha de S. Paulo

Depois de um ano frustrante, a economia global começou a dar sinais de uma retomada mais vigorosa em 2017.

O setor industrial mostrou em janeiro seu melhor desempenho em mais de três anos. Segundo estimativas do Itaú Unibanco, o Índice de Gerente de Compras (PMI) global atingiu 53,3 no mês passado, nível pouco acima dos 53,2 registrados em dezembro de 2013. (Índices superiores a 50 apontam expansão da atividade econômica.)

O PMI é observado pelos analistas como indicador para prever o desempenho da indústria no curto prazo porque é baseado em informações de executivos das empresas sobre o nível de estoques, novas encomendas e contratações de operários.

"Os indicadores correntes têm sido robustos. É um cenário oposto ao do início de 2016, quando os dados frustraram as expectativas de recuperação", diz Artur Passos, economista do Itaú Unibanco.

EVIDÊNCIAS

Há sinais de melhoria em países desenvolvidos e emergentes.

Nos Estados Unidos, famílias e empresas parecem estar finalmente saindo do ciclo de alto endividamento que contribuiu para a crise financeira global de 2008.

Tanto a demanda doméstica britânica quanto a espanhola cresceram mais do que o previsto nos últimos meses, surpreendendo analistas que esperavam pior desempenho por causa da saída do Reino Unido da União Europeia.

O risco de uma desaceleração mais brusca da China também não se materializou.

Medidas do governo chinês para evitar esse cenário incluíram a injeção de recursos em setores como o imobiliário.

Isso levou a um aumento da demanda por commodities, cujos preços, que haviam atingido um nível muito baixo no primeiro semestre de 2016, estão se recuperando.

Essa tendência tem favorecido o Brasil, importante exportador de produtos básicos. O preço do minério de ferro dobrou desde que atingiu seu nível mais baixo, há 13 meses.

RISCOS

Analistas ressaltam, porém, que esse cenário benigno continua sujeito a riscos substanciais.

Uma das preocupações é com a possibilidade de atritos sérios entre os EUA e seus principais parceiros comerciais, como a China e o México, devido a medidas protecionistas tomadas pelo presidente Donald Trump.

"Não é nosso cenário principal, mas continua representando um risco substancial que teria muitas consequências negativas", diz Passos. A China é outra fonte de temores.

Segundo a consultoria britânica EIU (Economist Intelligence Unit), o crescimento chinês cairá de 6,2% em 2017 para 4,2% em 2018, em parte devido às medidas tomadas pelo governo para segurar o crédito e evitar que a bolha no setor imobiliário estoure de forma desordenada.

Apesar disso, a consultoria espera que o impacto negativo desse movimento seja amenizado pela mão forte do governo chinês, que evitaria a falência de grandes bancos.

Segundo Robert Wood, analista-chefe da EIU para América Latina, se o cenário de desaceleração ordenada não se confirmar, as consequências para o resto do mundo seriam bastante negativas.

"Haveria forte queda nos preços das commodities, particularmente as metálicas, prejudicando a América Latina e outras regiões", diz Wood.

Reforma trabalhista rasga a CLT ou gera empregos? A resposta está longe desses extremos

02/03/2017 - Fonte: Gazeta do Povo

Proposta privilegia negociação e reduz incerteza do empregador. Mas não criará os milhões de empregos prometidos pelo governo



A reforma trabalhista tem sido discutida a partir de pontos de vista extremos. Os que se opõem às mudanças dizem que elas vão acabar com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a proteção dos trabalhadores. Na ponta oposta, o governo alardeia que a chamada modernização vai gerar 5 milhões de empregos.

O mais provável é que nada disso aconteça. O que a reforma pode fazer é dar mais segurança jurídica às relações de trabalho, melhorando o ambiente de negócios e reduzindo parte do custo de pessoal das empresas. Mais especificamente, o custo decorrente de decisões judiciais que anulam acordos firmados com os empregados.

“Pela legislação atual, todo contrato de trabalho no Brasil é falso, porque quando a relação de trabalho termina as cláusulas podem ser totalmente renegociadas na Justiça do Trabalho. O empresário nunca sabe quanto custa um trabalhador”, diz José Márcio Camargo, economista da Opus Gestão de Recursos e professor da PUC-Rio. “Ao definir alguns pontos que não podem ser modificados pela Justiça, a reforma diminui um pouco essa incerteza.”

O projeto, que está sendo analisado por uma comissão especial da Câmara dos Deputados, mexe em três pontos da legislação: contratos temporários, trabalho em tempo parcial e negociações coletivas.

A duração máxima do contrato temporário passaria dos atuais 90 dias (prorrogáveis por 90) para 120 dias (prorrogáveis por 120). A jornada de trabalho em tempo parcial também seria ampliada, de 25 para até 30 horas semanais, ou então 26 horas, com até seis horas extras.

Negociado vale mais

O ponto mais polêmico diz respeito aos acordos e convenções coletivas. O governo quer deixar explícito em lei que a Justiça deve respeitar as cláusulas negociadas entre trabalhadores (por meio de seus sindicatos) e empresas (diretamente ou via sindicatos patronais). A Constituição já determina que o Judiciário reconheça as convenções coletivas, mas os tribunais costumam anular dispositivos que contrariem a CLT.

Essa prevalência do negociado sobre o legislado não valeria para todo o contrato, mas para 13 pontos, entre eles campeões de ações trabalhistas como o intervalo para almoço, que poderia baixar de uma hora para 30 minutos, e a contagem do tempo quando o empregador fornece o transporte até o trabalho.

Para o economista José Roberto Savoia, professor da USP, as regras propostas podem ajudar as empresas a fazer ajustes pontuais e preservar empregos em momentos de crise. Mas não diminuem o custo da formalização nem vão criar milhões de postos de trabalho, como promete o governo. “A mudança de uma regra trabalhista não tem o condão de gerar uma quantidade tão grande de empregos”, diz.

Terceirização

A reforma trabalhista proposta pelo governo não trata da terceirização. O assunto é tema de projetos que podem ser votados em breve, um na Câmara e outro no Senado. Ao que tudo indica, terá prioridade o texto que está na Câmara, que permite a terceirização plena, incluindo a atividade-fim da empresa. Se aprovado, ele vai direto para a sanção do presidente Michel Temer.

MAIS MUDANÇAS

O deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), relator da reforma trabalhista na Câmara, quer incluir no texto dois temas que ficaram de fora da proposta do governo: o trabalho a distância, que ele chama de “teletrabalho” e muitos conhecem por “home office”; e a jornada intermitente, em que não há horário fixo e o empregado pode receber por hora trabalhada.

Mudanças na legislação têm pouco impacto sobre nível de emprego, diz Banco Mundial

Logo na primeira audiência pública da Câmara dos Deputados sobre a reforma trabalhista, há duas semanas, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, disse que a proposta pode criar até 5 milhões de empregos no médio e longo prazo. E o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Martins Filho, afirmou que sem reforma o desemprego crescerá e “podemos caminhar a tal ponto que vamos rumo à Venezuela”.

Estudo publicado em 2013 pelo Banco Mundial desautoriza essas conclusões. “Os efeitos estimados [da legislação trabalhista] revelam-se modestos na maioria dos casos – certamente mais modestos do que a intensidade do debate poderia sugerir”, afirma o capítulo sobre empregos do “Relatório de Desenvolvimento Mundial 2013”.

Sem mágica

Dependendo do caso, o impacto da regulação pode ser ligeiramente positivo ou negativo para o mercado de trabalho. Mas, de forma geral, não é determinante. Embora afirme que intervenções excessivas ou insuficientes possam ter efeitos negativos sobre a produtividade, o Banco Mundial conclui que as políticas e instituições trabalhistas não são nem o principal obstáculo nem a “pílula mágica” para gerar bons empregos e desenvolvimento na maioria dos países.

Em geral, a geração de empregos é mais associada à atividade econômica e à evolução da produtividade. No Brasil, por exemplo, o setor privado criou quase 18 milhões de empregos formais entre 2002 e 2014 sem que tenha havido uma mudança relevante na legislação trabalhista.

Mãos dadas

A proposta de dar força de lei às negociações coletivas é criticada por muitos sindicatos, procuradores e juizes. Mas também tem defensores na própria Justiça do Trabalho. “Não sou eu, não é um desembargador, não é um ministro de tribunal superior quem sabe o que é melhor para o trabalhador do comércio de Curitiba, ou de São Paulo, ou de Mossoró. O que o Judiciário deve fazer é coibir abusos”, disse o juiz

do Trabalho Marlos Melek à **Gazeta do Povo** no ano passado, ao defender que empresas e trabalhadores decidam juntos como se dará suas relações.

Empresas públicas também trazem oportunidades de negócio

02/03/2017 - Fonte: Gazeta do Povo

Correios e Caixa Econômica já operam parte de seus serviços em esquema de licitação. Medida pode se ampliar para outras empresas públicas

Desde que assumiu a presidência dos Correios, em junho do ano passado, Guilherme Campos defende a ampliação do sistema de franquias como uma das principais estratégias para revigorar a empresa. Em Brasília, a informação que circula é de que o edital está em fase avançada, e que pode sair a qualquer instante. Para os Correios, seria uma forma de (tentar) sair do buraco financeiro.

Para centenas de empreendedores, uma opção de investimento. Além dos Correios, a Caixa Econômica Federal (CEF) também oferta oportunidades de negócios por meio de licitações. E há quem defenda que este tipo de parceria entre público e privado se tornará cada vez mais frequente.

Na última licitação dos Correios, de 2011, a taxa inicial da franquia variou entre R\$ 10,8 mil (agência com um guichê) e R\$ 20,4 mil (seis guichês. Na versão mais simples, com um guichê no modelo A1 (agências dentro de estabelecimentos como shoppings, supermercados e terminais) o investimento inicial previsto, à época, era de R\$ 89,2 mil. Podendo chegar a R\$ 224 mil na versão com seis guichês em agências tipo A1 (em ruas ou conjuntos comerciais).

A franquia postal é uma agência dos Correios como outra qualquer. Para o usuário, a única diferença é a oferta do serviço de Banco Postal – restrito às agências próprias – mas todo o serviço de correspondência, preços e mesmo o mobiliário são padronizados.

Além da taxa inicial, o franqueado repassa uma porcentagem sobre os serviços à sede dos Correios, mensalmente. Além disso, há uma taxa de franquia mensal de 1%, destinada à manutenção e fiscalização da rede de atendimento.

O franqueado é responsável por todos os gastos com funcionários e com o imóvel. Por outro lado, usufrui da força da marca. Não raro, pesquisas apontam os Correios como uma das instituições públicas consideradas mais confiáveis pelos brasileiros (no ano passado, o Ibope divulgou que a empresa fica atrás apenas do Corpo de Bombeiros, em São Paulo). A empresa também patrocina esportes como a natação, o tênis e, mais recentemente, o rúgbi brasileiro.

Nenhum dos franqueados consultados pela Gazeta do Povo revelou a margem de lucro. Mas há um consenso de que o negócio é vantajoso, mas dá trabalho. É o que conta Luis Pereira, que já em trabalhou em cinco franquias diferentes, e hoje é gerente de uma agência no Centro de Curitiba.

“Para fechar a agência, só se for por má administração”, diz ele. A força da marca garante um público cativo. Além disso, as agências trabalham com uma busca ativa a

clientes, com serviços de coleta de correspondência nos escritórios. Há 989 unidades franqueadas dos Correios, hoje, no Brasil todo.

Valor para abrir lotérica varia de licitação para licitação

Outra opção de negócio com o setor público são as loterias da Caixa Econômica Federal. Funcionam no sistema de permissão, mediante outorga. Mas é tudo muito parecido com o modelo de franquias. Em circular publicada em janeiro, o banco define lance mínimo de R\$ 10 mil para a abertura de novas Casas Lotéricas. Mas o valor pode variar conforme a licitação.

A definição dos locais e perfil das lotéricas é feita pela Caixa com base em um estudo de potencialidade de mercado (que a empresa se reserva o direito de não divulgar publicamente). As exigências de mobiliário, aparência e o pagamento pelos serviços prestados é similar ao utilizado pelos Correios. Mas uma diferença importante é que a lotérica pode ser conjugada a alguma outra atividade comercial, desde que autorizado pela Caixa. O banco conta hoje com 13.069 unidades lotéricas ativas.

Diretora da regional Sul da Associação Brasileira de Franchising (ABF), Fabiana Estrela dá algumas dicas para quem for se aventurar em uma parceria com o poder público. A primeira é que o empreendedor deve estar atento ao cronograma.

O tempo dos processos licitatórios costuma ser mais lento do que o de contratação de uma franquia comercial comum. "Por exemplo, se você vai locar o espaço, tem que ver quanto tempo vai durar o processo", porque o empresário corre o risco de alugar e ficar meses com o espaço vazio.

Além disso, os editais têm uma série de prazos bastante rígidos, que devem ser observados, como prazo para regularização de CNPJ e contas jurídicas. De resto, valem algumas regras comuns ao setor de franchising: avaliar o mercado, o contrato, estudos os números e o perfil do negócio, para ver se é isto mesmo que o empreendedor quer.

Licitação dos Correios em fase avançada

Desde que o empresário Guilherme Campos assumiu a presidência dos Correios, em junho do ano passado, a expectativa é de uma ampliação no número de agências franqueadas. Na Câmara dos Deputados, ele foi relator de um projeto de lei que previa a inclusão do setor público no sistema de franquias empresariais.

Quando assumiu a empresa postal, em junho, Campos anunciou planos de "dar mais munção para as atuais e abrir novas franquias". Na mesma época, o especialista em gestão de franquias da rede de atendimento terceirizada dos Correios, Jorge Lima, divulgou que uma consultoria privada seria contratada para montar o edital.

Em evento na Associação Comercial do Rio de Janeiro, Lima revelou que o plano da nova diretoria era publicar a licitação ainda em 2016. O que não ocorreu. Em resposta a questionamentos da Gazeta do Povo, a empresa confirma que há "estudos em andamento na empresa para viabilizar novos modelos de atendimento dos Correios", porém sem prazo para lançamento do edital. Fontes do jornal ligadas à empresa relatam que o texto da licitação já estaria pronto, e teria sido entregue ao Tribunal de Contas da União (TCU), que vai aprovar ou emitir algum parecer à respeito.

Empresas públicas podem ser liberadas para ter franquias

Hoje, as franquias postais são reguladas por lei própria de, de 2008. Projeto de lei similar ao relatado por Campos - que foi arquivado - está parado na Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, no aguardo de um relator ser designado. O projeto prevê a adoção de franquias por empresas públicas, de economia mista e por entidades controladas por algum ente estatal.

“É um futuro para a empresa pública”, opina a diretora da Associação Brasileira de Franchising (ABF) no Sul, Fabiana Estrela. A experiência – de sucesso – dos Correios é uma prova. “A lógica do franchising é a padronização e ganho de escala, ao mesmo tempo tem um olhar para melhorias do processo e ganhos com redução de custos”, que são características que cairiam como uma luva para o setor público.

Além disso, Estrela ressalta que o modelo de franquias garante a manutenção do controle, da qualidade e da uniformidade do serviço público. Além disso, o franqueado tem um compromisso consigo mesmo de trazer resultados, para maximizar seu lucro. “Então a tendência de funcionar é maior, sem necessariamente deixar de ser público”, opina a dirigente da ABF.

Correios trabalha com franquias há três décadas

A instalação da primeira agência franqueada dos Correios ocorreu em 1989, e a expansão da rede se deu no início dos anos 1990, em um contexto de abertura da economia. O plano era modernizar e ampliar os pontos de atendimento sem precisar investir na aquisição de novos imóveis, equipamentos e na contratação de pessoal.

Segundo Fabio Luis Mendes, consultor da Câmara dos Deputados, a estratégia foi um sucesso. Em três anos, foram instaladas 1.737 agências em todas as unidades da federação, nas capitais e no interior, resultando em ampliação de 32,5% da rede de atendimento. O que fez da empresa a maior franqueadora do país.

Em 1994, após decisão do TCU, a empresa foi obrigada a licitar o serviço. Medida que foi sendo postergada e só entrou em vigor, para valer, em 2011.

Como preparar as finanças para o caso de demissão

02/03/2017 - Fonte: Gazeta do Povo

Segundo consultores, é essencial ter reserva para eventual perda de renda, manter despesas sob controle e checar se o patrão deposita o FGTS



O medo da demissão segue assombrando os brasileiros. Só em 2016, o desemprego chegou a 12% da população economicamente ativa, com 12,3 milhões de desocupados. E vem mais pela frente: um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) prevê que serão 3,4 milhões de novos desempregados no mundo neste ano – 35% deles no Brasil. Isso representaria 1,2 milhão a mais de brasileiros procurando trabalho em 2017. Ou seja, ninguém está livre deste fantasma.

“Quem está despreparado para ficar desempregado está errado. Essa condição é sempre uma possibilidade real, e é preciso estar precavido”, destaca o educador financeiro Thiago Nigro.

Consultores alertam que é fundamental ter uma reserva financeira para uma eventual perda de renda, acompanhar se o patrão deposita corretamente o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e manter as despesas sob controle, conhecendo onde estão os principais gastos e as dívidas.

Principal amparo do trabalhador demitido, o FGTS deve ser usado com sabedoria. Engana-se quem pensa que é melhor usar o valor de uma só vez para pagar dívidas: é preciso manter o dinheiro reservado para as contas diárias.

“Caso use o FGTS para antecipar as contas, pode ser que sobre um valor baixo para sustentar as prioridades depois”, diz Nigro.

O desemprego também exige uma mudança drástica nas finanças domésticas. É essencial cortar gastos supérfluos, inclusive reunindo a família para que todos contribuam até que a situação melhore. Prevendo o quanto receberá como indenização pela demissão, será possível projetar um orçamento para os próximos meses.

“É preciso priorizar o que realmente é fundamental nesse período. Alguns gastos que devem ser repensados podem ser de TV a cabo, celulares e smartphones, baladas e idas a restaurantes, água e energia e outros pequenos custos”, recomenda Reinaldo Domingos, presidente da Associação Brasileira de Educadores Financeiros (Abefin) e da DSOP Educação Financeira.

Também é preciso verificar as dívidas ativas, em dia ou atraso, e tentar a renegociação. O caminho é entrar em contato com credores e explicar a nova situação, de perda de renda, e negociar alongamento de prazos ou descontos nos juros para seguir pagando.

Roberto Azevêdo diz que OMC está aberta ao diálogo com Trump

02/03/2017 - Fonte: Gazeta do Povo

Preocupação dos países-membros da Organização Mundial do Comércio é que o presidente dos Estados Unidos adote medidas protecionistas



Em meio a um aumento de incertezas no mundo e ao maior protecionismo dos Estados Unidos sob a presidência de Donald Trump, o brasileiro Roberto Azevêdo foi confirmado formalmente na terça-feira (28) para um segundo mandato de quatro anos à frente da Organização Mundial do Comércio (OMC). Ele foi candidato único à reeleição de diretor-geral e teve o nome aprovado em reunião do Conselho Geral da OMC pelos 164 países-membros.

Em entrevista ao jornal *O Globo* por e-mail, o embaixador se mostrou cauteloso para avaliar a política comercial dos EUA, mas afirmou que a OMC está aberta ao diálogo com o país, que chamou de importante membro da organização.

A preocupação com o avanço do protecionismo e com as ações do governo Trump na área de comércio internacional marcou a reunião que decidiu reeleger Azevêdo. Mais de 20 países fizeram perguntas durante a sabatina do embaixador, na última segunda-feira (27). A China foi uma das nações que citaram o temor com medidas protecionistas, enquanto os Estados Unidos perguntaram sobre comércio desleal.

Em seu discurso aos países-membros, ele afirmou que a OMC é mais forte hoje que há quatro anos, mas foi claro em reconhecer o que chamou de “tempos desafiadores”, citando o baixo crescimento econômico, a ameaça do protecionismo e a persistência de questões como pobreza e desigualdade.

Confira, abaixo, a entrevista de Roberto Azevêdo ao jornal *O Globo*:

Qual é o significado de sua eleição a partir de uma candidatura única? Isso traz mais força para seu segundo mandato?

Quando fui candidato em 2012, havia nove nomes no páreo. Desta vez, fui candidato único. Quero acreditar que isso seja um reconhecimento das conquistas da OMC nos últimos três anos e meio. No período, obtivemos resultados expressivos, entre eles o primeiro acordo global da OMC — o Acordo de Facilitação do Comércio —, e a maior reforma do comércio agrícola em décadas.

Para o segundo mandato, há muitos desafios, e, nesse contexto, a forma rápida e descomplicada com que ocorreu esta eleição por consenso certamente ajuda. Os membros da OMC precisam estar unidos em defesa da organização, do comércio e da cooperação internacional.

Reportagem do Financial Times relatou esta semana que os EUA, sob comando de Trump, estudam medidas legais que possam ser adotadas como alternativa às disputas comerciais travadas na OMC. Qual é o risco para o comércio mundial se isso for à frente?

Prefiro não especular sobre qual será a política comercial da nova administração nos Estados Unidos. A própria Casa Branca disse que se deve aguardar a equipe ser formada, para que possam falar sobre política comercial.

De forma geral, é importante lembrar que a OMC foi criada justamente para que os países possam discutir suas diferenças de maneira transparente e previsível, de acordo com regras acordadas por todos.

A Organização possui diversas ferramentas para que os países lidem com suas preocupações comerciais. Todos os países têm interesse em usar o comércio para promover emprego e crescimento, ninguém é a favor do comércio desleal — e a OMC oferece os instrumentos para que os países lidem com essas preocupações.

A OMC está plenamente aberta para o diálogo com os EUA, que são um importante membro da Organização.

O senhor afirmou, no fim do ano passado, que há menos tolerância a importações com preços muito baixos, mas que ainda não havia política

de fechamento de fronteiras em nenhum dos mercados centrais. O cenário mudou no ano de 2017?

Seguimos monitorando de perto a situação do comércio mundial. No pós-crise de 2008, o crescimento do comércio, de forma geral, tem sido baixo. Por enquanto, o caráter modesto da expansão comercial não tem o protecionismo como causa.

A economia mundial é que está crescendo pouco. No entanto, se o discurso anticomércio começar a se traduzir em barreiras, é provável que isso se reflita nos números gerais do comércio. Como sabemos, barreiras comerciais se espalham rapidamente.

A ameaça de efeito dominó é real. É importante evitar que isso ocorra porque as consequências são graves, e porque reverter barreiras protecionistas tende a ser muito difícil.

Fenabreve: calendário e sazonalidade comprometeram vendas de veículos

02/03/2017 - Fonte: Tribuna PR

A Fenabreve, entidade que representa as concessionárias de veículos, atribuiu ao calendário mais curto e à sazonalidade de início de ano – quando as vendas são historicamente mais fracas – o desempenho do setor em fevereiro, quando a comercialização de carros marcou o pior resultado mensal em quase 11 anos.

Ao comentar, em nota, o resultado, o presidente da associação, Alarico Assumpção Júnior, destacou o aumento de 12,7% na média diária das vendas de carros na passagem de janeiro para fevereiro e afirmou que o resultado do mês passado seria “diferente” não fossem os quatro dias úteis a menos – retirados não apenas por fevereiro ser um mês mais curto, mas também em razão do feriado de carnaval.

Na expectativa de uma recuperação – que, segundo a entidade, deve vir com maior intensidade no segundo semestre –, a Fenabreve manteve a perspectiva de crescimento das vendas em 2017. Suas projeções apontam a um aumento de 2% nos emplacamentos de carros de passeio e utilitários leves. No mercado de caminhões, a expectativa é de crescimento de 2,8%, enquanto que no segmento de ônibus a Fenabreve prevê alta de 4,4%.

Fenabreve: GM mantém liderança nas vendas de carros no primeiro bimestre

02/03/2017 - Fonte: Tribuna PR

Balanço divulgado nesta quarta-feira, 1, pela Fenabreve, entidade que representa as concessionárias de veículos, mostra que a General Motors (GM) – fabricante do Onix, o modelo mais vendido no Brasil – manteve no primeiro bimestre a liderança de mercado conquistada no ano passado.

Do total de carros de passeio e utilitários leves vendido nos dois primeiros meses deste ano, a montadora americana respondeu por 18,43%, mantendo uma distância de 12 mil veículos em relação à vice-líder Fiat, cuja participação de mercado somou 14,05% em igual período.

A Volkswagen continuou na terceira colocação, com 12,82% das vendas contabilizadas entre janeiro e fevereiro, seguida agora pela Ford (9,28%), que terminou o ano passado em sexto lugar.

Após o carnaval, governo vai investir em projetos para retomada do crescimento

02/03/2017 - Fonte: Tribuna PR

Passado o carnaval, o Palácio do Planalto vai apostar todas as fichas na aprovação de projetos no Congresso Nacional relacionados à retomada do crescimento econômico. Enquanto as reformas trabalhista e da Previdência ainda tramitam nas comissões especiais da Câmara, o governo quer priorizar temas que mantenham em alta a sensação de que o País está saindo da crise.

“A ênfase do governo é continuar nessa mesma trajetória que ofereça resultado na área econômica”, disse o ministro da Secretaria de Governo, Antonio Imbassahy. O ministro contou que Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ligou recentemente para o presidente Michel Temer dizendo que a indústria já dá sinais de retomada e aproveitou para incentivar a apresentação de ações do governo que favoreçam a recuperação da economia.

Um dos projetos sugeridos pelos líderes partidários que podem dar uma sinalização positiva para os setores produtivos é a proposta que trata da terceirização para todas as atividades. A ideia é votá-lo nas próximas semanas na Câmara. “É o desejo de vários líderes”, comentou Imbassahy.

Na semana passada, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou ao Broadcast Político, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, que pretendia colocá-lo em votação no plenário logo após o carnaval. O projeto, relatado atualmente pelo deputado Laércio Oliveira (SD-SE), é considerado mais amplo do que o que está em discussão no Senado, sob a relatoria do senador Paulo Paim (PT-RS).

O petista fez uma série de mudanças ainda no governo Dilma Rousseff. As alterações, porém, não agradaram ao atual governo. Maia e o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), fizeram um acordo para dar celeridade ao projeto que tramita na Câmara e deixar de lado a proposta relatada por Paim.

O projeto chegou ao Congresso em 1998, ainda na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e é visto pelas centrais sindicais como mais prejudicial aos direitos dos trabalhadores, por atender mais aos interesses dos empresários. Já os governistas consideram a matéria como um instrumento de modernização das relações de trabalho no País, oferecendo regras mais claras e segurança jurídica às empresas.

Como o texto já passou por votações anteriores nas duas Casas legislativas, basta ser aprovado pelo plenário da Câmara para ir à sanção do presidente Michel Temer.

IIF: estrangeiro aposta em países como Brasil e emergentes recebem US\$ 17 bi

02/03/2017 - Fonte: Tribuna PR

Os estrangeiros elevaram a exposição em papéis de mercados emergentes em fevereiro, principalmente em países como Brasil e Índia. Com isso, os fluxos privados de capital de investidores não residentes para a região subiram para US\$ 17,1 bilhões no mês recém-terminado, o volume mais alto desde junho de 2016, de acordo com dados preliminares divulgados nesta quarta-feira, 1, pelo Instituto Internacional de Finanças (IIF).

Em janeiro, os fluxos internacionais haviam ficado em US\$ 14,1 bilhões. O IIF nota que o interesse dos estrangeiros tem sido tanto por renda fixa como nas bolsas dos emergentes. Os aportes nos mercados locais de dívida somaram US\$ 10,9 bilhões em fevereiro, enquanto no mercado de renda variável eles ficaram em US\$ 6,2 bilhões.

Todas as quatro regiões de emergentes monitoradas pelo IIF tiveram ingressos de recursos em fevereiro.

O IIF projeta que março deve ser novo mês de ingresso de recursos externos nos emergentes, com o total nos três primeiros meses de 2017 devendo chegar a US\$ 45 bilhões. Em janeiro e fevereiro, os fluxos ficaram em US\$ 31 bilhões.

A rentabilidade dos ativos nos emergentes segue atrativa, mas o IIF ressalta no relatório divulgado hoje que é preciso ter cautela. Uma das razões é que ainda há considerável incerteza sobre a agenda de políticas econômicas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobretudo como se dará sua política comercial. Ao mesmo tempo, alguns países têm conseguido avançar nas reformas econômicas e melhorado indicadores domésticos, o que contribui para atrair mais recursos.

Além de Trump, outros fatores que podem contribuir para uma reversão do apetite dos investidores internacionais, segundo o IIF, são o ritmo de alta de juros nos EUA pelo Federal Reserve (o banco central norte-americano) e as eleições em países importantes da Europa, principalmente a França, onde a candidata líder do partido direitista e anti-União Europeia, Marine Le Pen, vem crescendo nas pesquisas.

Além dos dados preliminares de fevereiro, o IIF divulgou dados fechados de 2016. Brasil, Índia e Turquia estão entre os emergentes que mais atraíram recursos externos no ano passado, considerando os aportes em renda fixa e renda variável. A economia brasileira recebeu US\$ 32,5 bilhões, a indiana US\$ 33 bilhões e a turca, US\$ 33,4 bilhões. Já a China registrou saída de US\$ 654 bilhões.

Montadoras têm resultados mistos nas vendas de fevereiro nos EUA

02/03/2017 - Fonte: Tribuna PR

As montadoras apresentaram resultados mistos em suas vendas nos Estados Unidos em fevereiro. Algumas das empresas apresentaram descontos agressivos no período, com a intenção de impulsionar a demanda, mas nem todas tiveram avanços.

Embora as vendas continuam a estar em patamar historicamente forte, as companhias lutam para manter o ritmo recorde recente de compras de veículos no país.

Os descontos tiveram um salto em fevereiro, em geral um mês fraco para as montadoras, com menos dias de vendas, mas que são em geral um pouco compensados pela alta nas vendas no fim de semana do feriado do Dia dos Presidentes.

O incentivo médio por veículo em fevereiro atingiu US\$ 3.830, alta de quase US\$ 400 na comparação anual e no maior nível desde 2009, quando as montadoras buscavam ajuda do governo em meio à crise financeira, segundo a J.D. Power. Os estoques, por outro lado, aumentaram, com os veículos levando em média 70 dias para a venda, outro nível não visto desde 2009.

Em fevereiro, General Motors, Honda Motor e Nissan tiveram crescimento nas vendas. Por outro lado, Ford Motor, Fiat Chrysler Automobiles e Toyota Motor tiveram recuo.

Os estoques mais elevados podem levar a descontos para ajudar a vender veículos no curto prazo, o que prejudica os resultados financeiros. Mas a produção em alta pode colocar as empresas em boa posição para os próximos meses, quando os consumidores em geral começam a visitar em maior número as concessionárias.

Com o combustível barato, os consumidores têm buscado mais picapes, utilitários e outros veículos maiores, que garantem margens mais robustas que no caso dos pequenos.

O preço médio de transação pago pelos consumidores por veículos em fevereiro subiu 2,5% na comparação anual, para US\$ 31.435, segundo a J.D. Power. Os veículos maiores representaram 63,7% do total das vendas no varejo, um recorde para o mês.

A GM se beneficiou da mudança, com os preços médios de seus veículos em alta de quase 2% na comparação anual, para US\$ 34.900, mesmo diante de maiores descontos da montadora. As vendas da GM aumentaram 4,2% em fevereiro, para 237.464 em fevereiro. As vendas da Ford tiveram queda de 4%, para 207.464, e as da Fiat tiveram recuo de 10%, para 168.326.

As vendas da Toyota caíram 7,2%, para 174.339 veículos, enquanto as da Nissan aumentaram 3,7%, para 135.740, e as da Honda avançaram 2,3%, para 121.686 no mês de fevereiro, sempre na comparação com igual mês do ano passado.

Fnac busca parceiro e nega que vá encerrar atividades no Brasil

02/03/2017 - Fonte: Tribuna PR



A Fnac, rede francesa de livros e produtos eletroeletrônicos, emitiu um comunicado nesta quarta-feira, 1º, no qual afirma que a companhia iniciou um processo de busca de um parceiro local, mas que seu objetivo é "continuar e reforçar sua operação" no Brasil.

Após questionamento, a companhia negou que queira deixar o negócio no País.

A Fnac divulgou na terça-feira seu balanço do quarto trimestre de 2016, no qual passou a reportar a divisão brasileira como uma "operação descontinuada". A mudança contábil veio acompanhada de um comentário no qual o grupo afirmava que havia iniciado um processo de busca de um parceiro.

Em nota, a Fnac Brasil informou que "a operação brasileira precisa ter um tamanho crítico no sentido de ser relevante e reforçar sua posição de mercado". Segundo a companhia, o grupo está agora focado na nova estratégia de integração com a Darty, varejista de eletrodomésticos e eletrônicos cuja compra pela Fnac foi anunciada em 2015 e aprovada pela autoridade francesa de defesa da concorrência no ano passado.

Previsão de câmbio para fim de 2017 permanece em R\$ 3,30, mostra Focus do BC

02/03/2017 - Fonte: Tribuna PR

O Relatório de Mercado Focus, divulgado nesta quarta-feira, 1º de março, pelo Banco Central, mostrou que a cotação da moeda americana estará em R\$ 3,30 no encerramento de 2017, mesmo patamar de uma semana atrás. Há um mês, a expectativa estava nos R\$ 3,40. O câmbio médio de 2017 foi de R\$ 3,20 para R\$ 3,18, ante R\$ 3,33 de um mês antes.

No caso de 2018, a projeção para o câmbio no fim do ano seguiu em R\$ 3,40. Quatro semanas antes, estava em R\$ 3,50. Já a projeção para o câmbio médio no próximo ano foi de R\$ 3,40 para R\$ 3,37, ante R\$ 3,45 de quatro semanas atrás.

Setor externo

Os economistas do mercado financeiro alteraram suas projeções para a balança comercial em 2017 e 2018. A estimativa de superávit comercial este ano foi de US\$ 47,30 bilhões para US\$ 47,65 bilhões, ante US\$ 45,10 bilhões de um mês antes. Na estimativa mais recente do BC, o saldo positivo de 2017 ficará em US\$ 44,00 bilhões.

Para 2018, os economistas do mercado projetam um superávit comercial de US\$ 40,00 bilhões, igual ao calculado na semana anterior. Há um mês, a expectativa era de US\$ 40,75 bilhões.

No caso da conta corrente, as previsões contidas no Focus para 2017 indicaram déficit de US\$ 26,50 bilhões, mesmo valor de uma semana e um mês antes. Já a projeção do BC para o déficit em conta em 2017 é de US\$ 28,0 bilhões.

O mercado alterou a estimativa de rombo nas contas externas em 2018, de US\$ 35,30 bilhões para US\$ 35,65 bilhões. Um mês atrás, o rombo projetado era de US\$ 35,10 bilhões.

Para os analistas consultados semanalmente pelo BC, o ingresso de Investimento Direto no País (IDP) será mais do que suficiente para cobrir o resultado deficitário, tanto em 2017 quanto em 2018. A mediana das previsões para o IDP em 2017 subiu de US\$ 71,00 bilhões para US\$ 72,00 bilhões. Há um mês, estava em US\$ 70,00 bilhões.

A projeção do BC para este ano é de IDP de US\$ 75,00 bilhões. Porém, em função do resultado positivo de US\$ 11,528 bilhões para o IDP em janeiro, o chefe do Departamento Econômico do BC, Tulio Maciel, afirmou que esta projeção para 2017 já é considerada conservadora pela instituição.

Para 2018, a perspectiva de volume de entradas de investimento direto, de acordo com o Focus, foi de US\$ 75,00 bilhões para US\$ 73,50 bilhões, ante US\$ 71,93 bilhões de quatro semanas antes.

Cobre sobe com dados positivos da China e dos EUA

02/03/2017 - Fonte: Tribuna PR

Os preços do cobre operam em alta nesta quinta-feira, tocando o nível mais alto em duas semanas na London Metal Exchange (LME), beneficiados por dados positivos da China e dos Estados Unidos. Os indicadores ofuscaram os comentários feitos pelo na

véspera pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em mensagem ao Congresso.

Na LME, o contrato para três meses subia 1,61% por volta das 8h25 (de Brasília), o maior patamar desde 13 de fevereiro. Na Comex, a divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o cobre para maio subia 1,36%, a US\$ 2,7515 por libra-peso, às 8h36.

“Embora exista bastante atenção sobre a fala de Trump de ontem, ele não mexeu com os mercados de commodities”, afirmou Carsten Menke, analista de commodities da Julius Baer.

O principal fator por trás dos movimentos dos preços foram indicadores econômicos. Os índices de gerentes de compras (PMI) chineses se recuperaram mais rápido do que o previsto e atingiram a máxima em três meses, segundo dados divulgados nesta madrugada. Nos EUA, o ISM de Chicago e o índice de confiança do consumidor, revelados ontem, também vieram melhores que o esperado.

Além disso, os metais continuam recebendo suporte das interrupções em grandes minas, como a de Escondida, no Chile, e Grasberg, na Indonésia.

Os demais metais operam em alta na LME. O alumínio subia 1,15%, a US\$ 1.943 a tonelada; o chumbo avançava 1,36%, a US\$ 2.279,50 a tonelada; o zinco ganhava 1,95%, a US\$ 2.878 a tonelada; o níquel operava em alta de 0,91%, a US\$ 11.060 a tonelada; e o estanho avançava 0,41%, a US\$ 19.380 a tonelada.

Valorização do real é perigosa para a economia brasileira, diz banco

02/03/2017 - Fonte: Tribuna PR

A economia brasileira ainda está muito frágil para sustentar uma valorização tão grande do real, destacou nesta terça-feira, 28, a equipe de estrategistas do Crédit Agricole. Para o banco francês, investidores estrangeiros estão ignorando o risco político no Brasil e a avaliação é que o fortalecimento da divisa brasileira é “absurdo e perigoso”.

O pior momento do real em relação ao dólar foi em setembro de 2015, quando a moeda norte-americana bateu em R\$ 4,21 em meio à crise política no ainda governo de Dilma Rousseff. Este mês, a divisa dos EUA bateu em R\$ 3,05 no último dia 23 e, para os economistas do Crédit, o real pode se valorizar ainda mais no curto prazo.

Juros altos

Dois fatores explicam a tendência de valorização do real, de acordo com o relatório do Crédit Agricole. O primeiro é que a taxa de juros no Brasil segue entre as maiores do mundo, o que estimula o chamado “carry trade”, quando um investidor toma recursos em uma economia de juro baixo para aplicar em outra de taxa elevada.

O segundo fator é a aposta de que o governo do presidente Michel Temer vai conseguir avançar com o ajuste fiscal e empreender outras reformas econômicas, fazendo o País voltar a crescer em ritmo mais forte.

Para os estrategistas do Crédit, um dos problemas é que os investidores estão ignorando os persistentes riscos políticos no país, mesmo que Temer esteja usando de todos os meios possíveis para se “fortalecer”.

Governo fixa em R\$ 327 milhões Orçamento para Programa Seguro-Emprego em 2017

02/03/2017 - Fonte: Tribuna PR

O governo federal fixou em R\$ 327,280 milhões o limite máximo anual para as despesas com o Programa Seguro-Emprego (PSE), nova denominação do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), relançado em dezembro pelo presidente Michel Temer por meio da Medida Provisória 761/2016, em tramitação no Congresso. O montante consiste em um teto de gastos com o programa em 2017, conforme prevê o Orçamento Geral da União deste ano.

O PSE permite a participação de empresas de todos os setores em dificuldade econômico-financeira que celebrarem acordo coletivo de trabalho específico de redução de jornada e de salário. Pelo programa, as companhias podem reduzir 30% da jornada e do salário do trabalhador, com reposição de metade do valor pelo governo.

De acordo com a MP, a adesão de novas empresas pode ser feita no Ministério do Trabalho até 31 de dezembro de 2017, observado o prazo máximo de permanência de 24 meses. A entrada de novos participantes ao PSE será condicionada à disponibilidade orçamentária.

A definição do Orçamento do PSE para 2017 consta de decreto do presidente Michel Temer e dos ministros do Trabalho, Ronaldo Nogueira, e do Planejamento, Dyogo Oliveira. O documento está publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira, dia 1º.

Dívida menor do setor privado reflete queda de investimentos

02/03/2017 - Fonte: Tribuna PR

A redução do endividamento do setor privado está diretamente atrelada à redução do crescimento. Um relatório feito pelo Departamento de Pesquisa e Estudos Econômicos do Bradesco avaliou o processo de desalavancagem do setor privado em 20 países.

O resultado mostrou que a redução da dívida coincidiu com uma forte queda no volume de investimentos e no PIB.

No Brasil, os primeiros sinais de desalavancagem já apareceram. Entre 2015 e 2016, a dívida do setor privado (não financeiro) caiu de 75,4% para 70,1% do PIB.

Usando os parâmetros dos demais países, se continuar nesse ritmo, durante três anos, o País cresceria 1,9 ponto porcentual abaixo da média do período de crescimento econômico e expansão do crédito.

Ou seja, o avanço do PIB passaria de uma média de 3,8% para algo em torno de 1,9%. Segundo a economista Daniela Cunha de Lima, responsável pelo relatório, um dos pontos que ajudaram os demais países que passaram por períodos de redução do endividamento foi o corte nos juros.

“Nos locais onde houve a flexibilização da política monetária, o crescimento do PIB não foi tão afetado.”

Setor que mais sofre com falta de crédito é o industrial

02/03/2017 - Fonte: Tribuna PR

A dificuldade das empresas em conseguir crédito no mercado também é retratada em uma pesquisa feita pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). De um total de 430 indústrias de pequeno a grande porte, quase metade tentou contratar ou renovar alguma linha de crédito. Dessas, 11,7% tiveram o pedido recusado e 25,4% conseguiram menos de 60% do valor solicitado.

“As condições de crédito continuam muito ruins e, para a indústria, são piores. As empresas estão em grandes dificuldades, conhecidas pelos bancos”, diz Paulo Francini, diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp.

De acordo com a pesquisa, a situação foi pior entre aquelas empresas que buscaram crédito para pagar dívidas. Nesse grupo, 19,1% não tiveram o empréstimo aprovado. Para quem buscou linha de crédito para capital de giro, 11,6% não tiveram o crédito aprovado. Os motivos para a recusa dos bancos variaram de garantias insuficientes ao elevado endividamento.

Mesmo para quem teve o empréstimo aprovado, as situações foram muito piores do que as do ano anterior. Algumas não aceitaram o crédito por causa do elevado custo e prazo curto.

Entre as empresas que tiveram o crédito recusado pelas instituições financeiras, o resultado foi o atraso ou renegociação com pagamento de fornecedores, cancelamento (ou redução) de investimentos e redução do quadro de funcionários. “É uma situação crítica que provoca um círculo vicioso. A elevação das margens e dos juros provocam inadimplência, que influencia na formação da taxa cobrada no mercado.”

Segundo ele, diante da dificuldade de se financiar, uma das primeiras medidas adotadas pelas empresas é o atraso no pagamento de tributos. “A empresa não pode deixar de pagar funcionário porque senão a atividade para. O mesmo ocorre com fornecedores, que deixam de entregar a matéria-prima, por exemplo.” Francini lembra que nos últimos três anos, o setor perdeu 500 mil empregos.

Para o pesquisador do Ibre/FGV e professor do Instituto Brasiliense de Direito Público, José Roberto Afonso, historicamente era escasso o crédito para investimento de longo prazo, restrito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), hoje o crédito de curto prazo também sumiu.

“Ou seja, as empresas não só ficam desestimuladas a se expandirem, como têm dificuldades até mesmo para produzir, contratar empregados e para funcionar no dia a dia.”

Crédito para as famílias supera pela primeira vez o concedido às empresas

02/03/2017 - Fonte: Tribuna PR

Pela primeira vez na história, a participação das empresas na carteira de crédito do País ficou menor que o das famílias brasileiras. A mudança no mix de empréstimos e financiamentos no sistema bancário foi provocada por dois fatores diferentes.

De um lado, estão as empresas com elevada capacidade ociosa que pararam de buscar crédito no mercado. Do outro, estão as companhias inadimplentes, que precisam se financiar – ou rolar dívidas – e não conseguem aprovação dos bancos.

Levantamento feito pelo pesquisador do Ibre/FGV e professor do Instituto Brasileiro de Direito Público, José Roberto Afonso, com dados do Banco Central (BC), mostra que a inversão das posições ocorreu pela primeira vez em dezembro e se manteve em janeiro. No último mês de janeiro, 50,93% da carteira total de crédito referia-se a empréstimos e financiamentos para pessoa física e 49,07%, para empresas. Em janeiro de 2016, esses percentuais eram de 47,38% e 52,62%, respectivamente.

“Esse é um resultado muito estranho, fere a história e a lógica, já que o estoque de financiamentos para empresas nunca tinha sido superado pelo de pessoa física”, destaca Afonso, atribuindo a mudança à pior recessão atravessada pelo País. “O crédito para pessoa jurídica decresceu, literalmente derreteu, caindo muitos pontos do PIB em um período muito curto.”

Em janeiro, o estoque total de crédito – para pessoa física e empresas – havia recuado para o menor nível desde abril de 2015. Mas para pessoa jurídica foi ainda pior: caiu para patamares de julho de 2014.

Enquanto isso, o estoque de crédito para as famílias brasileiras só aumentou – o que também não pode ser interpretado como uma boa notícia. O economista Roberto Luis Troster explica que parte dessa alta é efeito da taxa de juros mais alta para o consumidor e também de uma estratégia usada por donos de empresas em dificuldades, que buscam crédito como pessoa física para usar nos negócios.

No mercado, a avaliação é de que, enquanto o governo não desatar o nó do crédito, a economia não vai se recuperar. “Não dá para pensar em retomada se a carteira de crédito para pessoa jurídica não voltar a crescer”, afirma o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi. Ele destaca que 2016 bateu recorde de empresas negativadas (inadimplentes): 4,8 milhões. “Isso representa 50% de todas as empresas do País.”

Para os economistas, o recuo da carteira de crédito revela a intensidade da crise. Alguns vão além e afirmam que explica até mesmo a baixa arrecadação tributária no último ano. “Não pagar imposto é a forma mais rápida, fácil e, talvez, até barata de acesso a crédito no Brasil”, afirma Afonso, responsável pelo levantamento.

Interesse no País segue o mesmo, diz diretor da Thyssen

02/03/2017 - Fonte: Tribuna PR

O interesse da ThyssenKrupp no Brasil segue o mesmo e a venda da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) para a Ternium condiz a um redirecionamento de enfoque do conglomerado alemão mundialmente. Com a venda, a Thyssen sai do mercado siderúrgico brasileiro após sete anos do início da produção da usina, localizada no Rio de Janeiro, construída em parceria com a brasileira Vale, e se volta aos seus demais negócios, já apontados como prioritários pela companhia.

“O mercado brasileiro, assim como o da América do Sul como um todo, é de muito interesse para o grupo”, afirma o diretor financeiro, que acumula a presidência da companhia para a América do Sul, Giovanni Pozzoli.

Com o desinvestimento, a ThyssenKrupp focará uma atuação nas áreas Components Technology, Industrial Solutions, Materials Services e Elevator Technology, operações

que englobam, por exemplo, rolamentos de grande porte para turbinas eólicas, sistemas de direção e eixos de comando de válvula para automóveis, elevadores e esteiras rolantes, componentes customizados para aviação civil, equipamentos e projetos de engenharia para plantas industriais.

O redirecionamento dos negócios foi uma decisão tomada há alguns anos, diz o executivo, e agora as operações do conglomerado no Brasil estão adequadas ao novo direcionamento.

O plano da CSA era produzir placas de aço no Rio e mandá-las para laminação nos Estados Unidos, na usina no Alabama. De lá o aço seguiria para fornecer a indústria local. No entanto a crise de 2008 bateu em cheio nas operações das Américas da alemã, trazendo sucessivos resultados negativos, que pesaram no balanço global.

Os planos então mudaram. A decisão da venda da CSA, juntamente com o laminador que a companhia detinha nos Estados Unidos, no Alabama, foi anunciada em 2012. No ano seguinte, porém, vendeu apenas a unidade nos Estados Unidos para a ArcelorMittal e a Nippon Steel & Sumitomo Metal. Uma das interessadas à época em levar as duas usinas era a brasileira Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

No ano passado, a Thyssen havia comprado a fatia que era detida pela Vale na CSA, o que abriu, mais uma vez, rumores sobre uma nova tentativa de venda da siderúrgica. Agora, a ThyssenKrupp seguirá com o olhar de longo prazo no Brasil.

Pozzoli afirma que o ambiente, nesse momento é de cautela, visto o cenário ainda desafiador para o mercado brasileiro. Assim, os investimentos em expansão de capacidade, ao menos nesse momento, estão fora da mesa, mas a companhia segue com os relacionados à melhoria das operações e ganho de eficiência, por exemplo. Um novo desinvestimento não é cogitado, garante o executivo da ThyssenKrupp.

De outro lado, em possíveis aquisições no mercado brasileiro, o executivo frisa que os momentos de dificuldades são de oportunidade e que há um acompanhamento contínuo do mercado.

Multilateralismo não está garantido, adverte Azevêdo

02/03/2017 - Fonte: Tribuna PR

Em discurso para representantes de 160 países que fazem parte da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevêdo, às vésperas de ser reeleito para mais um mandato na entidade, disse que "o multilateralismo não está garantido", mas alertou que as regras internacionais de comércio têm importância até mesmo para a segurança internacional.

"Precisamos garantir que o estado de direito seja mantido e que a estabilidade e segurança nas relações econômicas globais sejam continuadas", disse. Para ele, a OMC já superou desafios no passado. Mas, agora, terá de ser pragmática.

Ao pedir o apoio de todos, o brasileiro lembrou que, em quatro anos, ele tirou a entidade de uma marginalização total e garantiu novos acordos. "A OMC está mais forte hoje", disse Azevêdo. Para o diretor-geral, seu trabalho "recolocou a OMC no mapa".

Segundo Azevêdo, ele cumpriu suas promessas de campanha. "Cem dias depois de ter assumido a OMC (em maio de 2013), fechamos o acordo de Bali", disse, apontando

para o caráter histórico do compromisso. Dois anos depois, fechou mais um acordo, além de um tratado para bens tecnológicos. "Foi uma mudança de marcha dramática." Calcanhar de aquiles.

Se uma reviravolta na reeleição de Azevêdo é improvável, a única dúvida é o posicionamento da Índia. Nova Délhi tem culpado o brasileiro por acordos que, segundo os indianos, não os favorecem. Por isso, estão bloqueando a nomeação de mais de uma dezena de presidentes de comitês da OMC, num gesto sem precedentes. Mas fontes em Genebra esperam que isso não signifique um veto ao brasileiro.

Corte de juros vai acelerar no Brasil diz BOFA

02/03/2017 - Fonte: Tribuna PR

O real está 5% sobrevalorizado em relação ao dólar e a tendência é de que a moeda brasileira se desvalorize ao longo dos próximos trimestres, avaliam os estrategistas do Bank of America Merrill Lynch em relatório divulgado ontem.

Ao mesmo tempo, o banco norte-americano projeta que o Banco Central vai acelerar o ritmo de corte na taxa de juros para 1 ponto porcentual até a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de maio e seguir com a estratégia de redução na Selic em 2018. Com isso, o banco reduziu suas projeções para os juros no Brasil. Pelo lado dos riscos, a delação de executivos da Odebrecht é vista como uma ameaça à aprovação da reforma da Previdência.

O BofA projeta que o dólar vai subir do nível atual para R\$ 3,20 no segundo trimestre, R\$ 3,30 no terceiro e R\$ 3,40 no quarto período do ano. Na sexta-feira, a moeda norte-americana fechou cotada em R\$ 3,11.

Se a tendência para o real é de depreciação em relação ao dólar, os juros no Brasil devem seguir em queda. Os analistas do BofA para Brasil, David Beker e Ana Madeira, projetam que a taxa básica de juros deve terminar o ano em 9%, abaixo dos 9,75% previstos anteriormente. Para 2018, a previsão agora é de juro básico em 8,25%, abaixo da estimativa anterior, de 9,75%.

"Esperamos que o Banco Central vá acelerar o ritmo de corte para 100 pontos-base até maio e, em seguida, reduzir para 50 pontos", ressalta o relatório do banco. Se os índices de inflação continuarem vindo aquém do previsto e as expectativas do mercado caírem abaixo dos 4,5% da meta oficial do BC, o BofA avalia que há chance de ainda mais cortes na Selic. O banco projeta que o IPCA tenha alta de 4,2% este ano e de 4,6% em 2018.

Moody's: acordo entre Votorantim e ArcelorMittal é positivo

02/03/2017 - Fonte: Tribuna PR

A combinação dos negócios de aço longo da Votorantim com a ArcelorMittal é positiva em termos de crédito para a siderúrgica brasileira, segundo a Moody's Investor Service. O documento, divulgado hoje, frisa que, com a transação, a companhia brasileira retirará de seu balanço cerca de R\$ 850 milhões de dívida bruta, sem custo para sua geração de caixa.

Na negociação, a Votorantim Aços Longos passa a ser uma subsidiária integral da ArcelorMittal. Em troca, receberá uma fatia minoritária de 15% no negócio de aço longo da ArcelorMittal no Brasil.

Ainda no documento, a agência de classificação de riscos destaca que o setor de construção no Brasil não performou bem ao longo do ano passado, diante de uma severa crise econômica no Brasil, o que afetou o desempenho do mercado de ações longos.

A transação, que ainda depende de avais regulatórios, irá ajudar, assim, a Votorantim a se desalavancar, e aumentar a participação dos negócios de metais e cimento dentro do conglomerado.

O negócio anunciado não inclui as operações da Votorantim em ações longas na Argentina e Colômbia, sendo que a operação envolvida representa 5% do total de ativos da companhia.

Empresas brasileiras têm de pagar US\$ 73 bi até 2021

02/03/2017 - Fonte: O Estado de S. Paulo

As empresas e os bancos brasileiros têm US\$ 73,2 bilhões de dívidas que vencem até 2021, 36% do total da América Latina, de acordo com um relatório divulgado ontem pela agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P). A agência alerta para o crescente montante de passivos que precisam ser refinanciados na região.

A maior parte da dívida, o equivalente a 89%, foi emitida em dólar, ressalta a S&P. Além disso, dos US\$ 61,4 bilhões de passivos a vencer detidos pelo setor não financeiro, a maioria (75%) é de empresas avaliadas na categoria especulativa. Essas empresas costumam pagar taxas mais caras para se refinanciarem do que as classificadas como grau de investimento.

A S&P ressalta que o dólar tem registrado volatilidade no Brasil e que, mesmo com a saída da presidente Dilma Rousseff, a incerteza política e econômica ainda paira sobre o cenário da economia brasileira.

O relatório destaca que o real se apreciou 22% em relação ao dólar em 2016, enquanto em 2015 havia registrado desvalorização de 33%, o que é um desafio adicional para o gerenciamento dos passivos das empresas e bancos em moeda estrangeira.

A economia mostra os primeiros sinais de que está saindo da profunda recessão que marcou os últimos dois anos, destaca o relatório. A previsão da S&P é que o Produto Interno Bruto (PIB) do País cresça 0,9% este ano. Os escândalos políticos, porém, são um "vento contrário" para este cenário de recuperação. Um dos riscos é de que novas revelações em delações premiadas possam reduzir a governabilidade do presidente Michel Temer.

Petróleo e gás. A necessidade de refinanciamento de dívida na América Latina é particularmente alta no setor de petróleo e gás, segundo o relatório. Nesse segmento, o Brasil é o país da região com maior porcentual de passivos a vencer, respondendo por 41% do total.

As empresas de petróleo, como a Petrobrás e a mexicana Pemex, estão entre as maiores emissoras de dívida da região. A S&P estima que em 2016 mais de 70% dos bônus lançados pelo setor não financeiro, cerca de US\$ 20 bilhões, foram de empresas de óleo e gás.

No caso brasileiro, considerando o setor não financeiro, o total de dívidas a vencer é crescente nos próximos anos. Em 2017, são US\$ 5 bilhões; em 2019, são US\$ 10,8

bilhões; e no ano de 2021, são mais US\$ 16,4 bilhões. Já o setor financeiro não possui passivos vencendo em 2021, mas tem US\$ 3,9 bilhões em 2019 e US\$ 3,5 bilhões em 2018.

A América Latina tem um total de US\$ 202 bilhões de dívidas de empresas e bancos vencendo até 2021. Brasil e México respondem por 72% deste total. O setor financeiro tem US\$ 56 bilhões de passivos vencendo até 2021, mas a maior parte (US\$ 146 bilhões) é de empresas não financeiras.

200 mil empresas devem o FGTS de seus funcionários e ex-funcionários

02/03/2017 - Fonte: Bem Paraná

Cerca de 7 milhões de trabalhadores não tiveram depósitos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), incluindo contas ativas e inativas, feitos corretamente por seus empregadores. São 198,7 mil empresas devedoras de depósitos de FGTS, segundo a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda. As informações são da Agência Brasil.

Com isso, muitos trabalhadores que quiserem sacar o saldo do FGTS de uma conta inativa podem ter problemas. Só em São Paulo, são 52,8 mil empresas devendo depósitos no FGTS de seus empregados e ex-empregados, em um total de R\$ 8,69 bilhões em débitos. No Rio de Janeiro, as dívidas chegam a R\$ 4,1 bilhões, distribuídos entre 27,7 mil empresas inadimplentes.

De acordo com a procuradoria, só em inscrições de empresas na dívida ativa, existe um débito de R\$ 24,5 bilhões. Contudo, nem todas as empresas listadas entre as devedoras estão inscritas na dívida ativa, ou seja, o valor desse débito é maior. Uma empresa só é inscrita na dívida ativa quando não faz acordo com o Ministério do Trabalho, ou fazer o acordo, mas não o cumpre.

O rombo nas contas dos trabalhadores poderia ser ainda maior. Entre 2013 e 2016, a Procuradoria da Fazenda conseguiu recuperar R\$ 466,9 milhões, efetuando a cobrança junto às empresas.

Caso o trabalhador verifique que a empresa para a qual trabalha ou trabalhou não fez os depósitos corretamente, ele deve procurar a própria empresa. Outra dica é ir a uma Superintendência Regional do Trabalho, vinculada ao Ministério do Trabalho. O ministério é o órgão responsável pela fiscalização dos depósitos nas contas do FGTS dos trabalhadores.

Retomada da economia cria folga para governo administrar contas

02/03/2017 - Fonte: Folha de S. Paulo



Sinais de recuperação da atividade econômica em alguns setores levaram o governo a refazer suas contas e criaram uma folga para a administração do Orçamento da União no início deste ano.

Até poucas semanas atrás, a equipe econômica calculava que seria necessário bloquear R\$ 50 bilhões do Orçamento em março para garantir a meta fixada pelo governo para este ano.

Agora, a estimativa é que um bloqueio de R\$ 30 bilhões será suficiente.

Na avaliação da equipe do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, sinais de retomada da economia se tornaram visíveis com a melhora da arrecadação de impostos na indústria, especialmente nos setores de alimentos, borrachas, plásticos e papelões.

SINAIS

A arrecadação do governo continuou caindo nos últimos meses, mas em ritmo mais lento a cada mês.

Em janeiro, a queda foi de 2,6%, e espera-se melhora em fevereiro.

Internamente, os economistas do governo reviram suas projeções para o crescimento do país neste ano, de 0,5% para 0,7%, voltando a se aproximar da projeção oficial da Fazenda, de 1%, que foi elaborada no ano passado.

A equipe econômica aposta que a confiança dos investidores aumentará com o avanço da reforma da Previdência, essencial para o funcionamento do teto criado no ano passado para manter sob controle os gastos federais.

Apesar dos sinais de resistência da Câmara dos Deputados à proposta de reforma, como mostrou nesta quarta-feira (1) uma enquete feita pela **Folha**, o governo aposta na aprovação do seu projeto ainda no primeiro semestre, sem mudanças significativas.

META

É com esse cenário otimista que o governo passou a trabalhar ao rever as medidas necessárias para cumprir a meta fiscal deste ano, que é reduzir o déficit nas suas contas para R\$ 139 bilhões.

A Fazenda e o Ministério do Planejamento têm até o dia 22 de março para definir o volume de recursos que será preciso contingenciar no Orçamento.

Os recursos bloqueados por meio desse expediente poderão ser liberados ou cortados de forma definitiva mais tarde, dependendo da evolução da arrecadação e das contas do governo ao longo do ano.

As projeções oficiais indicam que o governo só conseguirá equilibrar novamente suas contas em 2019, eliminando o déficit acumulado nos últimos anos e voltando a poupar para reduzir sua dívida.

Mas isso dependerá da aplicação do teto de gastos e da reforma da Previdência.

EVOLUÇÃO

Para o economista Ricardo Volpe, diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, um contingenciamento de R\$ 30 bilhões no Orçamento "é bem razoável".

Além da retomada da economia, há a expectativa criada pelo novo programa de repatriação de recursos mantidos ilegalmente no exterior, que está em discussão no Congresso e poderá gerar receita extra de R\$ 11 bilhões.

Na primeira fase do programa, no ano passado, a União arrecadou R\$ 46,8 bilhões. Parte desse dinheiro foi parar no caixa dos Estados e municípios depois de longa negociação com o governo.

O economista Felipe Salto, do Instituto Fiscal Independente (IFI), ligado ao Senado, mantém sua previsão de um contingenciamento de R\$ 39 bilhões, feita com base em uma estimativa de crescimento de 0,46% do PIB neste ano.

Mas ele não exclui a possibilidade de um bloqueio menor, próximo de R\$ 30 bilhões. "Um PIB de 1% não é impossível de acontecer", disse.

PARA ENTENDER

O que é a meta de resultado primário do governo?

É um valor definido pelo governo no Orçamento-Geral da União a cada ano para indicar quanto pretende economizar para pagar os juros da dívida pública.

Com o descontrole dos gastos públicos e a recessão iniciada em 2014, o governo deixou de poupar e passou a acumular deficits primários gigantescos, o que tem feito sua dívida aumentar.

Para que serve o contingenciamento de despesas?

Para adequar o Orçamento aprovado pelo Congresso às receitas e despesas do ano, o governo faz tradicionalmente no início de cada exercício um contingenciamento de despesas, bloqueando recursos.

Teoricamente, ele poderia também elevar suas receitas para cobrir as despesas previstas, mas isso exigiria aumento de tributos, o que o governo atual acha que não deve fazer.

Ao longo do ano, dependendo do desempenho da arrecadação de impostos e das despesas, os valores bloqueados podem ser liberados para gastos dos ministérios ou podem ser cortados definitivamente.

Como isso pode afetar o bolso das pessoas?

Se o governo não cumpre a meta fiscal estabelecida, demonstra descontrole com seus gastos. Um dos efeitos é o aumento da inflação, o que obriga o Banco Central a aumentar os juros para conter os preços.

Para bancos e investidores, isso torna mais atrativo comprar títulos do governo, para financiar a dívida pública em expansão, do que conceder crédito na praça.

Funcionários preferem oportunidades de carreira a benefícios extravagantes

02/03/2017 - Fonte: Folha de S. Paulo



O Goldman Sachs oferece cobrir o custo de cirurgias de mudança de sexo para seus funcionários; o Facebook fornece moradia aos seus estagiários; na Reebok, há academias de ginástica gratuitas no local de trabalho; e a Ikea oferece quatro meses de licença maternidade e paternidade paga.

Estes são alguns dos melhores benefícios oferecidos por companhias dos Estados Unidos em 2017, de acordo com o Glassdoor, um fórum online de emprego no qual trabalhadores podem revelar seus pacotes de remuneração e benefícios.

Mas benefícios vistosos como esses têm efeito fraco sobre o nível de satisfação dos trabalhadores, de acordo com o site. Os funcionários valorizam mais os benefícios tradicionais: pensões, seguro-saúde (ao menos nos Estados Unidos) e férias pagas generosas.

O salário também tem papel importante, mas apenas quando os candidatos a emprego estão avaliando um potencial empregador. "Se você está procurando emprego, salário e benefícios são a coisa mais importante", disse Andrew Chamberlain, economista chefe do Glassdoor. "Mas quando você já está empregado, o impacto disso sobre sua vida cotidiana é pequeno".

Assim, se aulas grátis de ioga, academias de ginástica gratuitas ou serviços que cuidam das roupas dos funcionários não afetam sua motivação, produtividade e satisfação, o que o faz?

Os três principais elementos, segundo o Glassdoor, são a qualidade da liderança da empresa e dos quadros executivos; a compatibilidade entre a cultura e valores da empresa e os dos trabalhadores; e as oportunidades de carreira.

Leon Grunberg, professor de sociologia na Universidade de Puget Sound, que comandou um estudo de 20 anos de duração sobre a força de trabalho dos Estados Unidos, concentrado principalmente na fabricante de aviões Boeing, concorda. Seu estudo —chamado "Emerging from Turbulence"— determinou que era vital que os "trabalhadores se sintam valorizados e apreciados no trabalho".

Karie Willyerd, diretora mundial de educação e aprendizado sobre o consumidor na produtora de software SAP, diz que o desenvolvimento da carreira tem papel cada vez mais importante na retenção de trabalhadores, em todos os segmentos.

"Não é que outras coisas não sejam importantes —os empregados querem mais férias, querem ter bons benefícios, mas as coisas mais importantes são o salário e o desenvolvimento", ela diz. "Desenvolvimento de carreira abarca a oportunidade de responder a desafios e de realizar trabalho importante".

Isso se aplica a todas as idades, ela acrescenta. "Um dos motivos para que as pessoas da geração baby boom [os norte-americanos nascidos entre 1946 e 1964] deixem seus empregos é porque suas carreiras não estão sendo desenvolvidas; elas estão sendo alijadas".

As prioridades das pessoas mudam significativamente quando seus salários sobem. Os trabalhadores mais bem pagos têm maior probabilidade de se interessarem por preocupações de longo prazo, como liderança e crescimento, enquanto os trabalhadores de salários mais baixos provavelmente priorizarão questões cotidianas como o valor do salário e o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, diz Chamberlain.

A tendência a oferecer benefícios heterodoxos vem sendo puxada por empresas de tecnologia e serviços financeiros que concorrem pelos melhores talentos. Chamberlain alerta que ela pode não perdurar, quando as gigantes da tecnologia atuais amadurecerem e se tornarem negócios mais tradicionais.

Europa testará projeto de conectividade nas estradas

02/03/2017 - Fonte: Automotive Business



A Aliança Europeia Automotiva e de Telecom (EATA, na sigla em inglês) apresentou os próximos passos para tornar a **conectividade nas estradas** uma realidade na União Europeia.

O projeto denominado Concorde inclui um roteiro de implantação de conexão e posteriormente de condução autônoma em todo o continente, orçado em € 48 milhões, dos quais € 24 milhões foram solicitados via financiamento pela Connected Europe Facility (CEF), instrumento financeiro da União Europeia para apoiar redes e infraestruturas nos setores de transporte, telecomunicações e de energia.

Tal iniciativa, que aproveita as tecnologias mais recentes, visa a oferta de transporte mais limpo, inteligente e seguro por parte de todos os países membros da UE. Para isto, a aliança assinou um memorando de entendimento com a 5G Automotive Association, entidade que reúne empresas de diferentes ramos tecnológicos e automotivos com o propósito de desenvolver, testar e promover soluções de comunicação, como condução autônoma e acesso a serviços que possam atender as necessidades de segurança rodoviária e da mobilidade urbana com a integração de cidades e transporte inteligentes.

No roteiro de implantação estão previstos testes das funcionalidades de conexão já a partir deste ano em cinco países: Alemanha, Bélgica, França, Espanha e Países Baixos. Serão testadas aplicações como comboio de caminhões conectados e funcionalidades de rede de telecomunicações, incluindo corte de rede, comunicações híbridas e transmissão LTE. A partir de 2018, as funcionalidades como condução autônoma será o foco dos testes nas rodovias fronteiriças de toda a União Europeia.

A EATA salientou que além deste roteiro promovido pelo setor privado, um ambiente regulador de suporte é essencial para o desenvolvimento e aceitação da condução conectada e autônoma. Para a entidade, a confiança, a segurança e a defesa do consumidor estão no cerne dos esforços da indústria para garantir a aceitação de seus novos produtos.

Neste contexto, serviços inovadores e análise de dados serão as forças motrizes da conectividade e automação de automóveis, entretanto, para a EATA a UE deve evitar uma regulamentação excessiva da privacidade a fim de garantir o fluxo eficaz dos dados.

Autopeças perdem capacidade de exportar

02/03/2017 - Fonte: Automotive Business

A **indústria brasileira de autopeças** vive um momento paradoxal: ao mesmo tempo em que a desvalorização cambial do real ocorrida nos últimos dois anos aumentou a competitividade internacional dos produtos *made in Brazil* e assim reabriu a janela de

oportunidade das exportações, a maioria das empresas do setor **perdeu capacidade de exportar**. Com a profunda queda do mercado nacional, muitas fabricantes fecharam ou enfrentam graves problemas financeiros, assim não tiveram recursos para investir em produtos exportáveis nem têm as certificações necessárias para isso.

“Alguns clientes mais que dobraram as exportações no ano passado, mas caiu o número daqueles que têm condições para isso. Já atendemos 12 fabricantes de autopeças, hoje são quatro”, atesta Camilla França, sócia-diretora da BFX Brazil, empresa que fundou em 2010 especializada em fornecer consultoria, negociação e representação de comércio exterior (*trading*) para fornecedores de componentes automotivos. Segundo ela, as vendas externas das empresas que representa estão concentradas 100% no mercado de reposição de países da América do Sul. “Para empresas menores é muito difícil expandir esse horizonte, pois a maioria não tem produtos, certificações (de qualidade) e nem conseguem atender prazos”, afirma.

Levantamento do Sindipeças, que reúne pouco mais de 400 empresas, sobre o movimento de comércio exterior de autopeças é revelador quanto à situação de fadiga do setor no Brasil. Mesmo depois de o real acumular desvalorização diante do dólar superior a 40% desde 2014, as exportações de componentes vêm caindo ano a ano, à razão de US\$ 1 bilhão por ano.

Em 2016, as vendas externas de peças somaram US\$ 6,5 bilhões, em queda de 13,6% sobre 2015, depois do declínio de 9,4% um ano antes e retração de 15,4% em 2014 ante 2013. A produção nacional de veículos também apresentou quedas sucessivas nos últimos quatro anos, mas nem por isso a balança comercial setorial deixou de apresentar pesados déficits.

Em 2016 as importações de peças superaram as exportações em US\$ 5,2 bilhões. Os números revelam, portanto, que os problemas das fabricantes nacionais de autopeças para exportar vão muito além da taxa de câmbio.

Se não é tudo, também é verdade que o câmbio tem grande influência sobre os negócios no exterior. A recente onda de valorização do real já começa a fazer efeito negativo para os clientes da BFX.

“É muito difícil fazer qualquer tipo de reajuste de preços”, destaca Camilla. “Existe incentivo para exportar no momento, a taxa em torno de R\$ 3 por dólar é melhor do que alguns anos atrás, mas apenas iguala o produto brasileiro ao chinês. Seria ideal (a taxa) mais próxima de R\$ 4”, avalia.

MERCADO PROMISSOR

Apesar das dificuldades, a expectativa é de que as exportações brasileiras de autopeças voltem a crescer pela primeira vez em cinco anos. O Sindipeças projeta expansão de 6% nas vendas externas do setor este ano em comparação com 2016, estimando faturamento de quase US\$ 7 bilhões. Basicamente, quem conseguiu sobreviver poderá fechar mais negócios no exterior em 2017.

Na BFX, a agenda já fechada até o meio deste ano está cheia, com visitas a nove países da América do Sul, para prospectar potenciais compradores de autopeças brasileiras.

A trading também vai representar clientes na próxima Automec de São Paulo, em abril, e na feira de Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, em maio. “O cenário é de fechamento

de empresas no Brasil e aumento da demanda externa (de componentes)”, confirma Camilla.

Para viabilizar as exportações dos clientes fabricantes de autopeças, a BFX precisa vender o pacote completo de assessoria em comércio exterior. “O trabalho começa com um diagnóstico sobre a empresa, para saber o que é necessário fazer para exportar. Só depois disso podemos começar a representar o cliente e negociar seus produtos no exterior”, explica.

VW traça estratégia para tecnologias do futuro

02/03/2017 - Fonte: Automotive Business



Peter Schiefer (esq.), presidente da divisão automotiva da Infineon, e Volkmar Tanneberger, chefe de desenvolvimento elétrico e eletrônico da VW

A **Volkswagen** lança a primeira ação de seu programa focado em **tecnologias do futuro**, parte de sua estratégia global Transform 2025: a montadora anuncia uma parceria com a Infineon Technologies, empresa de origem alemã e uma das maiores fabricantes de semicondutores do mundo. O programa prevê a definição dos requisitos para futuras soluções em semicondutores e buscar novas abordagens de desenvolvimento conjunto.

Os semicondutores são parte essencial dos sistemas de controle eletrônicos (ECU, na sigla em inglês). As ECUs são responsáveis por operar e regular quase tudo em um automóvel moderno, desde o sistema de ar-condicionado até sistemas de iluminação interior e exterior, radar de controle de cruzeiro adaptativo e uma série de sistemas de assistência ao motorista. Cerca de 100 unidades de sistemas de controle eletrônicos estão presentes em um veículo, com seus milhares de componentes eletrônicos.

“As futuras ferramentas de desenvolvimento conjunto, como os sistemas de prototipagem virtual, permitirão reduzir ainda mais os tempos de desenvolvimento, apesar do contínuo aumento da complexidade do sistema”, diz o chefe de desenvolvimento elétrico e eletrônico da Volkswagen, Volkmar Tanneberger.

O programa estratégico de semicondutores da VW busca garantir atendimento às necessidades tecnológicas para as futuras gerações de veículos, uma vez que as unidades de controle eletrônico continuarão a se tornar cada vez mais complexas, com semicondutores inovativos, sensores que reconhecem o ambiente e microcontroladores que processam dados e permitem a tomada de decisão em tempo real, características de tendências como conectividade completa e condução autônoma, totalmente elétricas.

“A microeletrônica da Infineon torna a condução mais limpa, segura e conveniente. Como parceiro, esperamos cooperar ainda mais com a Volkswagen. Semicondutores de alto desempenho são a chave para o futuro do automóvel.

Com nossos produtos, os veículos de todas as classes serão em breve totalmente automatizados e puramente eletrônicos”, diz o presidente da divisão automotiva da Infineon Technologies, Peter Schiefer.

CENTROS DE PESQUISA DEDICADOS

Além do programa de semicondutores, a Volkswagen avança no número de centros de pesquisa de inovação, as chamadas think tank, focadas em desenvolver soluções para a mobilidade do futuro, em áreas voltadas para a inteligência artificial, realidade virtual e mobilidade sob demanda, como compartilhamento de veículos. Atualmente, são 37 em todo o mundo com expectativa de aumentar.

“Nossa indústria está passando por um processo de mudança profunda. O Grupo Volkswagen está se transformando de um fabricante de automóveis em uma das maiores empresas mundiais de mobilidade. Com centros distantes das estruturas estabelecidas, estamos desenvolvendo soluções personalizadas para a mobilidade do futuro e, ao fazê-lo, estamos envolvendo a digitalização e colocando os clientes no centro do nosso trabalho”, afirma o CEO do grupo, Matthias Müller.

Estes especialistas também trabalham com parceiros externos no desenvolvimento de novas tecnologias e a maioria deles vêm de outras empresas, startups, universidades e organizações de pesquisa.

A montadora contabiliza cerca de 2 mil especialistas nos laboratórios de TI e centros de competência espalhados pela Europa, América do Norte e Ásia.

VW confirma compra de 16,6% da Navistar

02/03/2017 - Fonte: Automotive Business



A Volkswagen Truck & Bus recebeu das autoridades dos Estados Unidos a aprovação da compra de 16,6% das ações da Navistar pela holding de veículos comerciais do Grupo Volkswagen, anunciada em setembro do ano passado. A transação equivale a um investimento de US\$ 256 milhões, resultado do acordo de US\$ 15,76 por ação, informam em comunicado divulgado por ambas as companhias na quinta-feira, 1º.

Com isso, o CEO da Volkswagen Truck & Bus, Andreas Renschler, e seu CFO, Matthias Gründler, passaram a fazer parte do conselho de administração da Navistar desde 28 de fevereiro. Um conselho será composto por representantes de ambas as empresas a fim de gerenciar as operações da aliança. Por parte da VW Truck & Bus, Frederik Zohm será responsável pela área operacional.

A conclusão do negócio consolida, além de uma cooperação técnica, a criação da joint venture Global Truck & Bus Procurement LLC: com sede em Lisle (Illinois, Estados Unidos), cujo principal objetivo é a cooperação na cadeia de fornecimento a fim de gerar redução de custos e economias em escala na ordem de US\$ 500 milhões pelos próximos cinco anos para a Navistar.

“As autoridades deram luz verde à nossa aliança estratégica com a Navistar. A cooperação na área de compras com a recém-fundada joint venture começará a funcionar imediatamente, o que coloca ambos os parceiros numa posição mais forte para o futuro”, afirma Renschler. “A aliança estratégica permitirá à Volkswagen Truck & Bus o acesso ao todo mercado norte-americano, um passo importante para se tornar um líder mundial”, completa.

Em nota, a VW truck & Bus informa que se tornará o maior parceiro tecnológico da Navistar, uma vez que ambas se beneficiarão de suas tecnologias, pesquisa e desenvolvimento em powertrain. Além disso, as empresas terão oportunidade de explorar de forma conjunta os domínios da condução autônoma, tecnologias para combustíveis alternativos e conectividade.

“Esta aliança com a Volkswagen Truck & Bus é um marco significativo na história da nossa empresa e criará múltiplos benefícios para ambas, tanto a curto como a longo prazo. Agora que a transação foi concluída, iremos rapidamente colaborar com este que é um parceiro estratégico e líder da indústria para aumentar nossa escala global, fortalecer nossa competitividade e oferecer aos nossos clientes acesso expandido a produtos, tecnologia e serviços de ponta”, afirma o presidente e CEO da Navistar, Troy Clarke.

Com a aquisição, a VW Truck & Bus coloca em seu portfólio a marca americana de caminhões International, que se junta com a alemã MAN, a sueca Scania e a brasileira Volkswagen Caminhões e Ônibus. A maioria das operações da Navistar está concentrada nos Estados Unidos, mas a companhia também tem unidades industriais no México, China e no Brasil é dona da fábrica de motores diesel MWM.

Vendas de aços planos por distribuidoras no País encolheram 1% em janeiro ante 2015

02/03/2017 - Fonte: CIMM

As vendas de aços planos por distribuidores no Brasil caíram 1% em janeiro sobre o mesmo mês do ano passado, para 239 mil toneladas, informou ontem o presidente do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), Carlos Loureiro. Segundo ele, o volume vendido em janeiro foi o mais baixo para o mês desde 2009, quando 220,4 mil toneladas de aços planos foram negociadas.

“Janeiro foi um pouco pior do que imaginávamos”, disse Loureiro. Na comparação com dezembro, as vendas de aços planos subiram 8,1%, menos que a alta de 15% esperada pela associação.

Segundo o presidente do Inda, alguns clientes estão optando por consumir os estoques e adiar as aquisições em razão do aumento de preços anunciado em janeiro. “Sentimos uma resistência ao aumento de preços e os clientes estão segurando as compras”, observou.

O estoque na cadeia encerrou janeiro em 911,6 mil toneladas, alta de 1,2% em relação a dezembro. Segundo a associação, o volume é suficiente para 3,8 meses de vendas.

Compras

Além do desempenho mais fraco das vendas no primeiro mês do ano, Loureiro atribui o aumento dos estoques à alta das compras por parte dos associados do Inda.

Ele acrescentou que alguns distribuidores buscaram se antecipar ao reajuste de preços comunicado pelas siderúrgicas. Com isso, as compras em janeiro somaram 250 mil toneladas, alta de 23,7% ante dezembro e de 2,4% sobre igual mês de 2016.

"Não é bom esse desentrosamento da compra e da venda, fruto do aumento de preços anunciado em janeiro", disse. Para fevereiro, o Inda espera queda de cerca de 10% nas vendas ante janeiro.

Importações - Loureiro alertou ainda que o aço brasileiro vem perdendo espaço para o importado em meio à queda do dólar ante o real. "Como o Inda trabalha mais com o aço nacional que com o importado, sentimos mais essa queda", afirmou.

As importações de aços planos em janeiro tiveram alta de 61,7% ante dezembro e de 310,4% sobre igual mês de 2016, somando 124,8 mil toneladas. "E as importações devem continuar nesse ritmo nos próximos dois a três meses", previu o presidente do Inda.

Segundo ele, com o dólar em torno de R\$ 3,10, o prêmio do aço nacional já supera 20%. "Se o dólar seguir derretendo, as usinas vão ter que mexer no preço para não perder mercado", alertou, apontando R\$ 3,30 a R\$ 3,40 como o intervalo desejado pelo setor para que os prêmios retornem ao nível de 10 a 15%.

Mas, por enquanto, as siderúrgicas não deram qualquer sinalização de que devem conceder descontos aos distribuidores, informou Loureiro.

Dívida da indústria recua 14% em 2016 e lucro sobe

02/03/2017 - Fonte: CIMM

Um dos setores que mais sentiram o efeito da crise econômica, a indústria teve ao longo do ano passado um processo significativo de redução de endividamento. Boletim setorial recentemente publicado pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda mostra que em 2016, até setembro (quando foi divulgada a última safra de balanços de empresas de capital aberto), houve queda de 14% na dívida bruta das empresas industriais.

Com base em números da consultoria Econômica, a Fazenda mostra que a dívida dessas companhias saiu de R\$ 1 trilhão para R\$ 865 bilhões, entre 2015 e o ano passado.

Apesar da queda, o nível de endividamento industrial ainda se mostrava em um nível elevado, olhando-se para a história recente. De acordo com o boletim, em 2014, por exemplo, as empresas abertas do setor tinham R\$ 725 bilhões em débitos. Em 2012, foram R\$ 516 bilhões, cerca de metade do verificado em 2015. Além do pagamento do principal de dívida, a valorização do real também ajudou, já que diminuiu o valor em reais de empresas industriais devedores em dólar, como a Petrobras.

Fontes da área técnica explicam que a intenção do boletim é mostrar uma visão mais agregada da saúde financeira dos setores econômicos. "E os dados mostram que a saúde financeira está melhorando", disse uma fonte, explicando que se essa tendência continuar, e outras variáveis econômicas ajudarem, o cenário fica mais favorável para a volta dos investimentos das empresas.

O boletim ressalta que a indústria representa cerca de 12% do PIB e que as dez maiores empresas em valor de mercado respondem por 80% do setor. O relatório

aponta que "o processo de recuperação mostra sinais relevantes" e que "a melhora no mercado de trabalho, do nível de confiança e da estabilidade inflacionária deverão ser forças motrizes em um processo lento e gradual para a retomada da economia".

Fontes da área técnica explicam que outras métricas de endividamento do setor também recuaram, como a dívida bruta sobre o valor de mercado (de 1,56 para 1,18 entre 2015 e 2016) e dívida líquida, que considera alguns ativos das empresas, embora no boletim esse dado não apareça.

Enquanto as empresas industriais se desalavancaram ao longo do ano passado, a lucratividade delas subiu. O lucro líquido conjunto saiu do terreno negativo para o positivo (R\$ 11,9 bilhões) e o lucro operacional triplicou, atingindo R\$ 64,7 bilhões no acumulado até setembro.

Os números mostram que houve uma redução da distância entre o resultado líquido e o operacional, o que indica um menor peso do endividamento sobre o desempenho das companhias.

O boletim da Secretaria de Política Econômica também aponta a queda dos investimentos, que foi ainda mais intensa do que a das dívidas. O chamado Capex caiu de R\$ 154 bilhões em 2015 para R\$ 126 bilhões até setembro do ano passado.

"As empresas normalmente usam dívida para investir. Como estão reduzindo o endividamento, é consistente a queda do investimento", explica uma fonte. Além desse processo, pesou sobre a decisão de investir o clima de intranquilidade política e a prolongamento da grave recessão econômica.

São Paulo arrecada R\$ 57 milhões com a mineração em 2016

02/03/2017 - Fonte: CIMM

O Estado de São Paulo é o maior consumidor brasileiro de minerais e ocupa a quarta colocação no ranking nacional de produção mineral. Em 2016, a arrecadação paulista da CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais foi de R\$ 57,6 milhões, uma redução de 5,3% em relação a 2015, quando alcançou R\$ 60,9 milhões.

A informação foi divulgada nesta sexta-feira (24), pela Secretaria de Energia e Mineração no Informe Mineral do Estado de São Paulo. O balanço anual mostra o volume da produção de bens minerais e os valores de impostos recolhidos pelos municípios.

"A produção mineral no Estado de São Paulo é basicamente voltada para a indústria da construção civil, setor muito impactado pela desaceleração da economia brasileira", explica o secretário de Energia e Mineração, João Carlos Meirelles.

Cerca de 70% da produção mineral do Estado se concentra em quatro grupos de grande participação na indústria da construção: brita, areia, calcário e argila.

O mineral que teve o maior impacto negativo na produção foi a brita, que sofreu uma redução de 6%, comparado com o ano anterior. Areia, calcário e argila se mantiveram estáveis.

Das 645 cidades paulistas, 335 possuem algum tipo de atividade minerária distribuídas em todas as regiões do Estado. No levantamento, cinco cidades correspondem por

26% do total arrecadado. Em primeiro lugar está Cajati com 9%, seguido por São Paulo com 6%, Mogi das Cruzes com 5% e Barueri e Campos do Jordão, ambas com 3%.

Na divisão do imposto 65% são destinados aos municípios, 23% vão para o Estado e 12% ficam com a União. Coube aos municípios paulistas R\$ 37,5 milhões, ao Estado R\$ 13,2 milhões e à União R\$ 6,9 milhões.

São Paulo atualmente ocupa a quarta colocação no ranking nacional de arrecadação da CFEM com 3% da participação. O Estado de Minas Gerais é o primeiro com 48%, seguido pelo Pará com 29% e Goiás com 6%.

Dez produtos minerados no Estado correspondem por quase toda arrecadação: areia, água mineral, granito, calcário dolomítico, fosfato, basalto, argila, diabásio, gnaiss e caulim.

O montante arrecadado com a compensação é administrado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que destina os valores a estados e municípios. O DNPM também tem a função de baixar normas e exercer a fiscalização nas mineradoras.

Os recursos da CFEM devem ser aplicados em projetos que direta ou indiretamente revertam em prol da comunidade local, na forma de melhoria da infraestrutura, qualidade ambiental, saúde e educação.

Em 2016, a arrecadação nacional da CFEM teve um aumento de 18,3% em relação ao ano anterior, chegando a R\$ 1,8 bilhão.

O Governo do Estado de São Paulo trabalha para promover o conceito de mineração responsável, baseada em uma produção economicamente, ambientalmente e socialmente sustentável.

“Queremos aumentar a atividade minerária nos municípios paulistas gerando uma extensa cadeia produtiva com a geração de empregos, insumos a preços competitivos e dando uma correta redestinação às áreas lavradas”, explica o subsecretário de Mineração, José Jaime Szelwar.

Entre as principais atividades que podem ser realizadas pelas prefeituras visando uma produção regulamentada e em conformidade com o meio ambiente está o Ordenamento Territorial Geomineiro (OTGM), estudo que oferece bases técnicas para estabelecer o zoneamento minerário dos municípios. Esse instrumento pode ser utilizado pelas prefeituras como parâmetro para realizar seus planos diretores.

Mineração em São Paulo

O Estado de São Paulo também é o maior produtor de equipamentos e insumos para a indústria mineral, empregando mais de 200 mil trabalhadores.

Segundo o DNPM, o Estado possui mais de 3 mil áreas habilitadas para atividade de mineração, com 95% delas destinadas a produção de areia, brita, calcário e argila. Só a Região Metropolitana de São Paulo recebe, diariamente, mais de 9 mil carretas de areia e brita. Diferentemente de outros estados, predominantemente exportadores, São Paulo é o destino final destes insumos, gerando riqueza e renda local.

A Subsecretaria de Mineração da Secretaria de Energia e Mineração tem o objetivo de garantir, de forma sustentável, o suprimento de insumos minerais para a indústria,

construção e agricultura, além de incentivar a modernização tecnológica na pesquisa, produção e beneficiamento mineral.

Vendas de veículos pioram 6,4% no 1º bimestre

02/03/2017 - Fonte: Automotive Business



A esperança de retomada nas vendas de veículos no Brasil continua sendo postergada, já que os números ainda não apresentam reação. Entre leves, caminhões e ônibus, o volume de emplacamentos encolheu 6,4% no primeiro bimestre de 2017 na comparação com período equivalente do ano passado, para 282,8 mil unidades. Os dados do Renavam foram divulgados na quarta-feira, 1º, pela Fenabrave, entidade que representa os concessionários.

Em fevereiro, as vendas somaram 135,6 mil veículos, com queda de 7,8% na comparação com janeiro e de 7,6% sobre o registrado há um ano. Entre os veículos leves, a demanda por automóveis diminuiu 8% no primeiro bimestre do ano. No mês passado, os emplacamentos do segmento caíram 14% na comparação mensal e ainda 8,4% na anual, para 112,3 mil unidades.

Os comerciais leves foram a única categoria a registrar resultado positivo no ano. Foram vendidos 20 mil veículos em fevereiro, com baixa de 9,7% sobre janeiro, mas evolução de 3,4% em relação com o mesmo mês de 2016. Somados os resultados dos dois primeiros meses, foram 42,1 mil unidades, volume que supera em 11,7% o anotado há um ano.

MÉDIA DIÁRIA CRESCE

Comunicado distribuído pela Fenabrave destaca que os resultados ainda evidenciam a sazonalidade tradicional do início do ano, período em que as vendas são mais fracas. A entidade enfatiza ainda que o baixo índice de confiança do consumidor continua fazendo com que as famílias adiem a compra de veículos.

Ainda assim, a organização percebeu um movimento positivo em fevereiro: a melhora da média diária de vendas na comparação com janeiro. Segundo a Fenabrave, no mês passado este número cresceu 12,7% para 7,3 mil automóveis e comerciais leves emplacados por dia.

Diante disso, a entidade enfatiza que o principal fator para a contração do resultado foi o menor número de dias úteis. Em fevereiro foram quatro dias de vendas a menos do que janeiro.

A organização mantém a expectativa de que 2017 seja marcado pelo início de uma retomada nas vendas, que deve acontecer de forma lenta. No início do ano a Fenabrave divulgou a expectativa de que o mercado chegue a 2,1 milhões de veículos, considerando leves e pesados, com expansão modesta de 2,3%

Caminhões e ônibus seguem em queda livre

02/03/2017 - Fonte: Automotive Business



Os setores de caminhões e de ônibus permanece sem qualquer alento no Brasil. Os dados do primeiro bimestre de 2017 mostram que as vendas continuam despencando na proporção de dois dígitos. Números do Renavam divulgados pela Fenabrave na quarta-feira, 1º, apontam que os emplacamentos de veículos pesados sofreram retração de 33% nos dois primeiros meses do ano, para apenas 6,9 mil unidades em dois meses.

Do total, foram 5,5 mil caminhões, com baixa de 32%, e 1,3 mil ônibus, com redução ainda mais drástica, de 36%. Em fevereiro foram licenciados 3,2 mil veículos pesados, volume 10,7% pior do que o registrado em janeiro e ainda 30,9% mais baixo que o do mesmo mês de 2016. Foram 2,6 mil caminhões e 647 chassis de ônibus. A Fenabrave destaca, no entanto, que o mês passado teve quatro dias úteis a menos do que o anterior, o que explica parte da queda.

Os números de janeiro e fevereiro vão na contramão da expectativa da entidade para 2017. Em janeiro a organização divulgou a projeção de que as vendas de veículos pesados avancem para 65,9 mil unidades em 2017. O número é bastante inferior ao recorde de mais de 170 mil unidades registrado em 2011, mas seria 3,1% maior do que o fraco resultado do ano passado.

Os primeiros meses do ano são tradicionalmente mais desaquecidos para as vendas de pesados. Em 2017, no entanto, nem mesmo a perspectiva da safra recorde de grãos que já começou a ser colhida animou os frotistas.

Motos mergulham 13 anos na história do setor

02/03/2017 - Fonte: Automotive Business



O setor de motos começou o ano com um fraco janeiro e voltou a registrar mau desempenho em fevereiro como consequência direta do carnaval. Foram apenas 60,5 mil unidades emplacadas no mês, que exibiu média diária de 3.360 unidades se considerados os 18 dias "realmente úteis" do mês.

Essa média é semelhante àquela que o segmento vem exibindo desde a metade de 2016 e parece ter-se tornado um novo e triste patamar para o setor. Os números foram divulgados pela Fenabrave, federação que reúne as associações de

concessionários.

As vendas do primeiro bimestre somaram 128,1 mil motocicletas, assim como nos mesmos dois meses do remoto ano de 2004. A comparação do primeiro bimestre de 2017 com o mesmo período de 2016 revela queda acentuada de 29,9%, mas vale lembrar que os primeiros meses do ano passado estavam sob forte influência de uma mudança no código de trânsito que tornou obrigatório o emplacamento de ciclomotores em todo o País, gerando a lacração de veículos que rodavam havia um ano ou mais sem placa.

Tanto é verdade que os emplacamentos da Shineray, líder do segmento de ciclomotores, caíram 85% neste primeiro bimestre, enquanto os da Honda, que não vende produtos desse tipo, recuaram 16,7%.

Das marcas com tradição em alta cilindrada chamam a atenção os resultados da Harley-Davidson, que anotou alta de 20,9% sobre os mesmos dois meses do ano passado, e da BMW, que teve queda de 40,3% na mesma comparação. Crescendo ou não, nenhuma delas somou 800 emplacamentos neste começo de ano.

A Fenabreve espera leve alta de 4% para o setor de duas rodas em 2017.